

24 - MINISTÉRIO DO TURISMO - MTur

O Ministério do Turismo foi instituído em 1º de janeiro de 2003 tendo por competência: a política nacional de desenvolvimento do turismo; a promoção e divulgação do turismo nacional, no país e no exterior; o estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; e o planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo. Dentro desta nova realidade estrutural, o Ministério do Turismo tem como desafio conceber um novo modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, de modo a gerar divisas para o país, criar empregos, contribuir para a redução das desigualdades regionais e possibilitar a inclusão dos mais variados agentes sociais.

A missão do MTur é promover o desenvolvimento do turismo como agente de transformação, fonte de riqueza econômica e de desenvolvimento social, por meio da qualidade e competitividade dos produtos, da ampliação e melhoria da infra-estrutura turística e da promoção comercial.

Em 2003, grande parte dos esforços estiveram voltados para a estruturação do Ministério e em conformidade com as diretrizes e compromissos da atual administração pública federal, o ano de 2003 foi de discussão e estabelecimento da Política Nacional do Turismo e sua consolidação com a elaboração do Plano Nacional de Turismo, lançado pelo Sr. Presidente da República no dia 29 de abril de 2003, contemplando cinco metas mobilizadoras para o período de 2003 a 2007: Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações; Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil; Gerar 8 bilhões de dólares de divisas; Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos; e Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada estado da Federação e Distrito Federal.

O Plano Nacional do Turismo foi concebido de forma coletiva e participativa com ampla consulta a todas as regiões brasileiras e a todos os setores representativos do turismo, buscando constituir um processo dinâmico de construção permanente.

A Coordenação da elaboração do Plano Nacional de Turismo foi de responsabilidade exclusiva do quadro e da equipe técnica do Ministério, sem custos diretos e teve como pressupostos básicos na sua concepção a ética e a sustentabilidade e como princípios orientadores a Redução das Desigualdades Regionais e Sociais, a Geração e Distribuição de Renda, a Geração de Empregos e Ocupação e o Equilíbrio do Balanço de Pagamentos. As metas estabelecidas pelo Plano orientaram-se pela consecução e realização destes princípios.

O Plano traduz uma perspectiva de desenvolvimento que, além do crescimento econômico, busca a desconcentração de renda através da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística, embasado num modelo de gestão descentralizado e participativo que busca construir e estabelecer um sistema permanente de comunicação com as necessidades advindas das regiões, municípios e destinos turísticos.

O caráter democrático e participativo na elaboração do Plano Nacional do Turismo teve seguimento prático no modelo de gestão do turismo nacional implantado pelo MTur em 2003. Foi definido e constituído o núcleo estratégico da ação do Ministério, que se assentou no tripé formado pelo Conselho Nacional de Turismo, o Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo e os Fóruns Estaduais de Turismo, instrumentos fundamentais para a gestão democrática e descentralizada proposta.

O Conselho Nacional de Turismo foi ampliado em 2003 e conta, na sua composição, com a participação de 53 representantes do governo e da sociedade civil. Seus conselheiros foram empossados no dia 30 de abril. No âmbito do Conselho, foram criadas oito Câmaras Temáticas para aprofundar o debate em temas específicos e de fundamental importância para a implementação de uma política efetiva de desenvolvimento do turismo: Financiamento e Investimento, Infra-estrutura, Legislação, Qualificação Profissional, Qualificação da Superestrutura, Promoção e Comercialização, Regionalização e Segmentação. Destas oito Câmaras, já foram efetivamente instaladas as Câmaras Temáticas de Financiamento e Investimento, Legislação, Qualificação Profissional, Regionalização e de Segmentação.

O Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo foi reconhecido e valorizado no âmbito do sistema de gestão nacional de turismo, integrando o núcleo estratégico de implementação da política nacional do turismo. Em 2003, se reuniu 4 vezes, sempre com o acompanhamento de representação do Ministério do Turismo. Os Fóruns Estaduais de Turismo constituem instrumento fundamental de descentralização e de regionalização das ações do Ministério, reproduzindo o modelo do Conselho Nacional de Turismo com representação do poder público municipal, estadual e da sociedade civil - iniciativa privada e ONGs. Em 2003, foram instalados todos os 27 Fóruns

Estaduais. O esforço na mobilização dos diversos Estados na constituição dos Fóruns ou Conselhos Estaduais de Turismo e o interesse representado na sua instalação, que contou sempre com a participação do Sr. Ministro de Estado do Turismo e dos respectivos Governadores de Estado, traduziram um forte significado no que se refere às expectativas com relação à atividade turística para o desenvolvimento no País. Do mesmo modo, o interesse demonstrado por diversas representações em participar do Conselho Nacional de Turismo constituiu um indicador da avaliação positiva com relação ao modelo de gestão implementado pelo Ministério.

No que tange aos Programas e às Ações que compõem o Orçamento 2003 e o PPA 2000-2003 realizados em 2003 pelo Ministério, além da discussão e definição da Política Nacional de Turismo consolidada no PNT e das ações de caráter institucional relativas à instalação do núcleo estratégico e do modelo de gestão descentralizada e participativa, diversos resultados se destacam na perspectiva de atuação na gestão pública da atividade.

Elemento central da Política Nacional do Turismo e referência para todas as ações do Ministério, o Programa de Regionalização do Turismo traduz uma ação que tem como um dos seus corolários a redução das desigualdades regionais e a interiorização do desenvolvimento através da integração das três esferas de governo, em estreita articulação com a iniciativa privada. Tem por fundamento a construção coletiva de um Planejamento Territorial Turístico para o Brasil através da constituição de roteiros integrados, articulando os municípios em uma escala regional.

O Programa foi totalmente elaborado em 2003 por meio de uma ampla mobilização que envolveu o levantamento dos principais produtos turísticos brasileiros e a situação da atividade turística nos municípios brasileiros; reunião com as 27 capitais brasileiras para participação e o engajamento no processo de construção do Projeto Roteiros Integrados; reunião com os Coordenadores dos Comitês Estaduais do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, que é um programa eleito como prioritário no PPA, para apresentação da situação atual deste Programa nos Estados e Distrito Federal. No âmbito do PNMT foram realizadas, em parcerias com os governos estaduais e municipais, 37 oficinas em 29 municípios de 8 estados; reunião com os Ministérios que compõem o Conselho Nacional de Turismo para estabelecer interfaces políticas e parcerias no âmbito Federal para estruturação e implantação do Programa de Regionalização do Turismo; levantamento das Ações, Projetos e Programas dos Ministérios afins e instituições parceiras, que podiam interagir com o MTur, com vistas a estabelecer interfaces políticas para estruturação do Programa de Regionalização do Turismo e, ainda, diversos seminários e oficinas para planejamento do Programa de Regionalização do Turismo com as instituições parceiras.

Para dar suporte a estas ações, bem como para o acompanhamento e avaliação da implementação da política de turismo e seu reflexo no mercado, ações relativas à produção e disseminação das informações vêm sendo efetuadas de forma contínua, com destaque para o acordo com o IBGE para implementação da metodologia das Contas Satélites, recomendada pela Organização Mundial do Turismo – OMT, que, conjuntamente com outros estudos, viabiliza a montagem de um sistema nacional de informação turística.

O MTur estabeleceu diversas parcerias com outros órgãos do Governo Federal e instituições financeiras oficiais com vistas ao financiamento das atividades do setor, bem como da infra-estrutura. Com destaque para as seguintes parcerias: Ministério do Trabalho e Emprego, e CODEFAT, que dentro do Programa Turismo é Emprego, viabilizaram linha de crédito no total de R\$ 200 milhões; Ministério da Integração Nacional, com vistas à aplicação de 12% dos recursos dos fundos constitucionais (FCO, FNE e FNO) no desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo, no valor de R\$ 700 milhões e BNDES, podendo atender empresas de qualquer porte, nacionais ou estrangeiras, no valor total de R\$ 490 milhões.

Além disso, foi lançado programa de crédito para estimular o turismo interno tornando as viagens a passeio acessíveis para a maioria dos trabalhadores. O benefício será concedido pela CAIXA, que destinará R\$ 400 milhões para o programa. A proposta é que as pessoas possam comprar pacotes de viagens em prestações de até 12 vezes, com juros mensais entre 1,8 e 1,9%. Apesar de ser recursos do banco, toda a negociação se dará nas agências de turismo.

Diversas ações preparatórias foram realizadas em 2003 no campo da capacitação e qualificação profissional de modo a melhor posicionar o produto turístico para a sua inserção mercadológica, valorizando o sentido de brasilidade do produto. Neste âmbito se inserem as ações relativas à normatização da atividade e a avaliação da qualidade e certificação, bem como a fiscalização dos serviços turísticos, através de uma ação descentralizada em parceria com os órgãos de turismo estaduais.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, estimulou a propagação de mecanismos regulatórios dos princípios e práticas do desenvolvimento sustentável. O turismo tem merecido especial atenção desde a Eco 92 com relação à sustentabilidade, pois depende da diversidade dos recursos naturais, sociais, culturais e econômicos.

Assim, a partir de um extenso trabalho de desenvolvimento de normas por entidades privadas e não governamentais, o Ministério do Turismo está apoiando o desenvolvimento do Programa de Certificação em Turismo Sustentável, de caráter inédito e inovador, em parceria com outros três ministérios e o setor privado, de maneira que estas normas sirvam de balizador para o planejamento da sustentabilidade dos empreendimentos turísticos como estratégia de diferenciação e agregação de valor do produto turístico brasileiro.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste II – PRODETUR NE II e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul - PRODETUR SUL, ambos com o objetivo geral de melhorar a qualidade de vida das populações que residem nos pólos turísticos situados nos Estados participantes do Programa, possuem, respectivamente, como beneficiários diretos os Estados e Municípios da região Nordeste e parte de Minas Gerais e Espírito Santo, e os Estados e Municípios da região Sul e de Mato Grosso do Sul, em cujos pólos turísticos deverão ser realizados investimentos que possam promover o desenvolvimento turístico sustentável. Os objetivos específicos dos Programas consistem em aumentar as receitas provenientes da atividade turística e melhorar a capacidade de gestão das mesmas por parte dos Estados e Municípios. O PRODETUR NE II é implementado pelo Banco do Nordeste – BNB, com a participação do Ministério do Turismo, sendo que essa participação corresponde à contrapartida federal, e conta, ainda, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Já o PRODETUR SUL está sendo preparado sob a coordenação geral do Ministério do Turismo, em parceria com o Banco do Brasil e os Estados.

Ambos os Programas são compatíveis com as prioridades de Governo, e assim o PRODETUR NE II foi indicado no PPA, uma vez que objetivam: promover o desenvolvimento sustentável; gerar oportunidades de emprego e renda, principalmente para as populações fixadas nas áreas atendidas pelo Programa, reduzindo a pobreza e possibilitando a inclusão social; promover a qualificação da mão-de-obra; impulsionar os investimentos em infraestrutura de forma coordenada e sustentável; e reduzir as desigualdades inter-regionais.

METAS DO PRODETUR NE II, DE ACORDO COM INFORMAÇÕES CORRESPONDENTES NO SIGPLAN:

ESTADO/REGIÃO	NORDESTE, MG E ES	META NÃO CUMULATIVA
Previsto Inicial (LOA/PPA)	Previsto – Lei nº 10.818/03	Realizado
R\$ 25.000.000,00	R\$ 5.278.629,65	R\$ 5.038.656,65
Físico Inicial previsto (LOA/PPA)	Físico Previsto após a Lei nº 10.818/03	% Financeiro Realizado
11 Estados	11 Estados	95%

Dados atualizados até 31/12/2003

O valor orçamentário previsto inicialmente de R\$ 25 milhões foi reduzido para R\$ 5,278 milhões, por meio da Lei nº 10.818, de 17.12.03, por força do contingenciamento orçamentário global sofrido pelo Ministério do Turismo, considerando aí a necessidade de deslocar recursos para atender outros projetos, inclusive a estruturação do próprio Ministério. Registre-se que as metas previstas foram mantidas.

O PRODETUR NE II encontra-se em fase inicial de execução, tendo sido despendidos recursos federais no montante aproximado de R\$ 5,0 milhões em 2003. Estão sendo finalizadas as providências para o início dos desembolsos dos recursos externos e para contratação de sub-empréstimos por alguns Estados. Alguns compromissos previstos no Contrato de Empréstimo firmado entre o BNB e o BID em setembro/2002 estão em fase de readequação para dar mais agilidade ao Programa. Encontra-se em fase de preparação o Projeto de Fortalecimento Institucional de Entidades Estaduais Responsáveis pela Gestão do Turismo no Nordeste que, em complementação às atividades do PRODETUR NE II, permitirá a melhoria da capacidade de gestão turística das entidades estaduais de turismo.

METAS DO PRODETUR SUL, DE ACORDO COM INFORMAÇÕES CORRESPONDENTES NO SIGPLAN

ESTADO/REGIÃO	SUL E MS	META NÃO CUMULATIVA
Previsto Inicial (LOA/PPA)	Previsto – Lei nº 10.524/03	Realizado
R\$ 20.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.000.000,00
Físico Inicial previsto (LOA/PPA)	Físico Previsto após a Lei nº 10.524/03	% Financeiro Realizado
4 Estados	4 Estados	50%

Dados atualizados até 31/12/2003

O valor orçamentário previsto inicialmente de R\$ 20 milhões foi reduzido para R\$ 2 milhões, por meio da Lei nº 10.524, de 26.07.03, por força do contingenciamento orçamentário global sofrido pelo Ministério

do Turismo, considerando aí a necessidade de deslocar recursos para atender outros projetos, inclusive a estruturação do próprio Ministério. Registre-se que as metas previstas foram mantidas.

O PRODETUR SUL encontra-se em estágio de preparação com vistas à obtenção de financiamento do BID. Os Estados envolvidos têm centrado seus trabalhos na elaboração dos estudos prévios à contratação do empréstimo externo e aos investimentos. O Ministério do Turismo tem dado apoio técnico e financeiro para a consecução desses trabalhos.

Uma iniciativa importante por parte do MTur foi ter instituído o processo de criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sudeste, Goiás e Distrito Federal - PRODETUR JK que terá como beneficiários diretos os Estados e Municípios da região Sudeste, Goiás e Distrito Federal, em cujos pólos turísticos deverão ser realizados investimentos que possam promover o desenvolvimento turístico sustentável, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das populações que residem naquelas localidades. Trata-se de iniciativa inédita para a região, uma vez que ainda não havia sido contemplada por programa federal voltado ao desenvolvimento regional com base no turismo.

Foi providenciada a inscrição do Programa no Plano Plurianual e no Orçamento de 2004, com vistas à implementação da etapa de preparação do PRODETUR JK em 2004, com recursos que estão sendo pleiteados junto a doadores externos. Em sua primeira etapa, com previsão para iniciar-se em 2004, buscar-se-á a estruturação do Programa e o fortalecimento técnico-institucional dos Estados.

O Ministério do Turismo lançou, ao longo do ano de 2003, um novo modelo de inserção internacional ativa de cooperação, baseado na solidariedade, no espírito de colaboração, construção, respeito e tolerância às diferenças. Ampliamos e qualificamos significativamente as relações do Brasil com um conjunto de países centrais para a política externa brasileira na área de turismo, onde se destacam: a abertura das relações bilaterais com a China; o início de uma forte e promissora agenda trilateral entre o Brasil a Índia e a África do Sul; fortalecimento das relações sul-americanas por meio da criação da Reunião de Ministros do Turismo do Mercosul; e o fortalecimento das relações multilaterais, nas quais o Brasil foi reeleito para os próximos dois anos como membro do Conselho Executivo da OMT e eleito para os seguintes Comitês: Apoio à qualidade e comércio; orçamento e finanças; estudos de mercado e técnicas de promoção.

O Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR foi redirecionado em sua atuação para se focar, exclusivamente, no mercado internacional sendo responsável pela promoção, o marketing e o apoio à comercialização do destino Brasil no exterior. A EMBRATUR foi reestruturada, passando a contar com as seguintes diretorias: Turismo de Lazer e Incentivo, Turismo de Negócios e Eventos, Estudos e Pesquisas, Marketing, Administração e Finanças.

EMBRATUR	2002	2003
Redução dos cargos de confiança	144	99
Redução do efetivo(próprio e de terceiros)	276	212
Aumento do patrimônio	15 milhões	18 milhões

Em 2003, houve um aumento de 100% sobre o número de feiras que a EMBRATUR tradicionalmente participava. Foi lançada a Nova Agenda de Promoção Comercial do Turismo, dobrando as ações de promoção internacional do turismo nacional de 15 para 30 eventos internacionais. Foram 24 feiras, envolvendo 381 empresas privadas e órgãos oficiais de turismo, atingindo 4.723 agentes de viagens e operadores de turismo com um público geral nos estandes de 118.765 pessoas. Foram realizados três workshops em Lima (Peru), Lisboa (Portugal) e Santiago (Chile), com participação de 109 empresas privadas e 40 órgãos oficiais de turismo. Houve o lançamento de 11 novos produtos turísticos, diversificando a oferta: turismo de incentivo, aventura, negócios e eventos, ecoturismo, festas e eventos, pesca esportiva, golfe, resorts, sol & mar, mergulho e cidades patrimônio. Foi criada a Caravana Brasil como estratégia de apoio à comercialização desses onze produtos no mercado internacional com a participação de 95 operadores receptivos internacionais, 28 operadores locais, 27 jornalistas de veículos especializados e visita a 15 destinos turísticos onde os operadores puderam conhecer *in loco* a infra-estrutura dos destinos e as características dos produtos. Foi criada uma gerência especializada em captação de eventos que resultou na captação de onze eventos internacionais que deverão gerar US\$ 15 milhões em divisas, estando agendada a inauguração do escritório de Lisboa para a primeira semana de janeiro de 2004, o primeiro de 9 Escritórios Brasileiros de Turismo para promover o destino Brasil na Europa e Estados Unidos. Foi lançada ainda a Carta de Conjuntura Turística, quinzenal, e elaborado o Anuário Estatístico 2003 e o Estudo da Demanda Turística Internacional 2002.

Finalmente, essas ações resultaram em um aumento expressivo no desembarque de passageiros no Brasil. Dados da Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária) mostraram um crescimento de 12,6% no número de desembarques internacionais entre janeiro e setembro deste ano, em relação ao mesmo período de 2002 (com a ressalva de que as estatísticas disponíveis não nos permitem afirmar que sejam todos turistas) e um aumento de 35,7% nos desembarques em vôos não-regulares, seguramente, todos turistas, (charters – dado confirmado junto ao DAC). Também foram criados, pelo menos, 37 novos vôos, entre regulares e charters, para o país, gerados a partir de parceria firmada com a Infraero.

Por meio de iniciativa do Ministério do Turismo, em cerimônia presidida pelo Presidente da República, o Brasil assinou Memorando de Entendimento com a Organização Mundial do Turismo - OMT, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e com o Programa das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO para promover e sediar em 2004, 2005 e 2006 o Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável, como também o Movimento Brasil de Turismo e Cultura. Com esta iniciativa, o Brasil coloca em discussão o vínculo do turismo, como atividade econômica, com a promoção da diversidade cultural, a preservação da biodiversidade, o desenvolvimento econômico-social e as condições para a paz no mundo, com um impacto positivo na imagem internacional do país como destino turístico de qualidade.

Considerando ser este o ano da sua criação, e entre diversas outras ações que davam continuidade as ações programadas no PPA 2000/2003, a atuação do Ministério do Turismo em 2003 norteou-se pela consolidação das bases organizacionais e documentais para a gestão da atividade na escala nacional buscando, na perspectiva de uma ação conjunta e em parceria entre o poder público e a iniciativa privada e na ação descentralizada que permita entender e enfrentar as riquezas e diversidades das regiões do país, criar um ambiente ideal e estabelecer as condições necessárias para uma atuação efetiva e consistente na promoção da atividade turística, considerada na sua efetiva e potencial capacidade de geração e distribuição de riqueza e de inclusão social e cultural.

Mereceu discussão e encaminhamentos pelo MTur, em 2003, a melhoria da qualidade do atendimento ao turista através do apoio à criação do Sistema Brasileiro de Certificação em Ocupações e Competências em Turismo e a definição do INMETRO como organismo acreditador deste Sistema

O Programa Estratégico para o Ministério do Turismo, definido no Orçamento 2003, foi o Programa de Municipalização do Turismo, que desenvolveu-se conforme o quadro demonstrativo apresentado a seguir, com comentários sobre as suas respectivas ações programáticas.

As Ações em curso no Ministério do Turismo no ano de 2003 buscam realizar a transição entre o que está programado no PPA 2000/2003 e o que está definido como orientação básica para as ações do Ministério, de acordo com o Plano Nacional de Turismo – PNT, e que norteou a definição das ações do PPA 2004/2007.

Neste sentido, um conjunto de ações previstas no PPA 2000/2003, não se enquadram de forma prioritária na programação atual de governo e outras ações têm os seus produtos realizados de forma indireta através de atividades e projetos julgados mais convenientes para a consecução dos objetivos propostos e as metas definidas no PNT. Isto impõe, em alguma medida, a necessária adaptação da execução física das ações atuais com relação ao que está definido no PPA 2003, resultado de uma programação executada quando o Ministério do Turismo ainda não existia.

Por outro lado, é importante esclarecer que o Ministério do Turismo, criado nesta gestão, dedicou parte do seu tempo e dos seus recursos humanos e técnicos na discussão sobre a política nacional de turismo, que se consolida no Plano Nacional de Turismo e na organização do Ministério no sentido de aprofundar e detalhar as diretrizes do PNT e de se preparar para a sua implementação. Estas atribuições se deram de forma paralela a continuidade das ações em curso na EMBRATUR e daquelas que se enquadram nas prioridades estabelecidas pela atual gestão. Esta sobreposição de execução acabou impondo uma certa retração no que se refere às previsões de execução física do PPA 2000/2003.

No âmbito das ações relativas a planejamento e gestão e a criação de um ambiente adequado à atuação descentralizada do Ministério do Turismo foram encaminhadas e realizadas diversas ações e providências de caráter institucional tais como a criação do Conselho Nacional do Turismo com a instalação de 5 Câmaras Temáticas - Legislação, Regionalização, Financiamento e Investimento, Qualificação Profissional e Segmentação. Foram também implementados os Fóruns de Turismo Estaduais nas 27 Unidades da Federação.

Oficinas para o Turismo

Foram realizadas 37 oficinas em 29 municípios, em 8 estados, através dos Comitês Estaduais do Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, realizadas através de parcerias entre os governos estaduais e municipais, sem custos diretos para o Ministério. Estão programadas diversas ações ainda dentro deste projeto para a sensibilização dos Fóruns Estaduais com relação ao Programa de Regionalização do Turismo que substitui e dá continuidade, com o recorte regionalizado, as ações do PNMT.

Com o desenvolvimento e a proposta de implementação do Programa de Regionalização do Turismo, o PNMT muda um pouco o seu foco de ação no que se refere as oficinas municipais, daí o pequeno número de oficinas realizadas comparativamente ao número de oficinas previstas no PPA 2000/2003.

Foram ainda realizados diversos encontros, que implicaram em pequenos gastos de recursos da ação com honorários de moderador de oficinas de enfoque participativo e deslocamento, para a discussão e formatação do Programa de Regionalização do Turismo, atualmente em vias de formatação final do documento de referência, e de início de implementação em parceria com os Estados e outras instituições, através de uma ação descentralizada e em conjunto com os Fóruns Estaduais de Turismo.

Promoção do Turismo Sustentável Local em Municípios / Embratur

O limite financeiro desta ação foi ampliado por PL de R\$ 7.500.000,00 para R\$ 16.980.000,00.

A Ação da Promoção do Turismo Sustentável Local em Municípios integra as metas e prioridades definidas conforme o anexo 6 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 – LDO, tendo sido realizada conforme a descrição a seguir.

Foram encaminhadas ações relativas ao apoio a promoção de eventos diversos que realizam a promoção do turismo sustentável local em municípios, propiciando a geração de emprego e renda, atendendo assim a meta 3.

Mesmo adotando como referência do produto realizado o município onde se realizou o evento, é importante registrar que, pelo seu porte, os efeitos multiplicadores destas ações, no que se refere à geração de emprego e renda, têm uma abrangência regional, beneficiando os municípios vizinhos ao evento em escalas diversas, em função do porte e da capacidade de atração de turistas e visitantes de cada evento.

Parte dos recursos foram repassados a Caixa Econômica Federal para alocação em obras diversas de infra-estrutura e equipamentos turísticos em municípios, cuja execução física encontra-se em curso em alguns municípios e, em outros, programadas para 2004.

Promoção do Turismo Sustentável Local em Municípios / Ministério do Turismo

O limite financeiro desta ação foi ampliado por PL de R\$ 2.000.000,00 para R\$ 5.000.000,00.

Foram assinados convênios no final de 2003 com o Instituto Estrada Real, cuja área de intervenção atravessa 177 municípios, localizados nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e com o Banco do Brasil, ambos com previsão de execução física em 2004. Os objetos destes convênios referem-se a divulgação e promoção do roteiro da Estrada Real no âmbito nacional e internacional e a ações relativas a arranjos produtivos locais visando a inclusão da população local no desenvolvimento regional, integrado e sustentável do turismo.

Estudos para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável Local

Foram elaboradas a partir de uma ampla discussão com os diversos segmentos representativos do setor as Diretrizes Nacionais do Turismo Rural, estando o documento em fase de preparação para sua edição.

Foram realizados ainda diversos eventos que subsidiam a elaboração de estudos básicos para a ação do ministério, tais como diversas reuniões e oficinas moderadas para as quais foram contratados consultores e colaboradores eventuais.

Destacam-se ainda as articulações resultantes de um projeto entre o MERCOSUL e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional – JICA, que prevê ações visando o fortalecimento do MERCOSUL e sua promoção no mercado turístico japonês. Destas ações resultarão estudos e relatórios relativos a melhorias dos produtos turísticos para o recebimento do turismo japonês, com repercussão na organização dos territórios turísticos locais. Estas ações estão sendo objeto de financiamento com recursos da JAICA.

Fomento a Produção de Artigos Artesanais para consumo turístico

A atuação do Ministério relativa ao fomento e a produção de artigos artesanais para o consumo turístico no ano de 2003 buscou estabelecer contatos e articulações com diversas instituições ligadas a produção artesanal no país, no sentido de consolidar as condições básicas para a atuação eficaz neste sentido.

Como resultados foram celebrados convênios com o CTI – Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste para a execução em 12 meses, objetivando apoiar a implementação do programa de desenvolvimento da produção artesanal associada ao Turismo no Nordeste.

Foi ainda celebrado convênio com a AGETUR – Agência Goiana de Turismo, objetivando desenvolver e reestruturar o artesanato goiano em 15 municípios do Estado de Goiás.

Também foi celebrado convênio com o Instituto Estrada Real objetivando apoiar projeto de desenvolvimento econômico sustentado ao longo da área de influência da Estrada Real, através do desenvolvimento de ações estruturais capazes de promover o cooperativismo, o associativismo e instrumentos adequados de gestão de negócios e do produto para incrementar a competitividade.

No âmbito do Programa Turismo: A Indústria do Novo Milênio foram realizadas as atividades relativas as ações conforme apresentadas a seguir.

Avaliação da Qualidade dos Serviços Turísticos

Atividade executada através de ação desenvolvida em conjunto com os órgãos delegados das unidades da federação. Na gestão da ação, além dos serviços avaliados, foram realizadas ainda 27 visitas técnicas a gerências regionais, uma reunião nacional com todos os gerentes regionais e 4 reuniões regionais, bem como a participação em outros eventos. O número indicado de serviços avaliados refere-se aos serviços que atualizam seu cadastro com validade bianual, sendo objeto de uma avaliação documental, não se referindo, necessariamente, a uma vistoria local.

As atividades que implicam em vistoria ao local do serviço e ou as suas instalações referem-se a empresas turísticas que tiveram o seu cadastro regularizado (3.915), as empresas classificadas (384) e aos guias de turismo homologados (1.149). No âmbito desta Ação foram ainda realizadas atividades relativas à contratação de consultoria e colaboração eventual para a assessoria na manutenção do sistema de cadastro e na discussão sobre a aplicação das normas, além de eventos para a qualificação das equipes e disseminação de informações relativas a qualidade dos serviços turísticos.

Foram também realizados convênios, com o Instituto da Hospitalidade, com valor executado de R\$ 1.000.000,00 a conta do MTur, com o objetivo de desenvolver normas técnicas para certificação de profissionais, de equipamentos e de sistema de gestão, e com o SENAI, com valor executado de R\$ 1.000.000,00 a conta do MTur, para o programa de alimento seguro para o segmento turístico, que objetiva subsidiar ações de implantação de ferramentas voltadas para a acuidade dos alimentos por empresas e ambulantes

Como estes convênios foram publicados no final do ano, não houve execução física em 2003.

Campanha para Promoção do Turismo Interno

Foram realizados diversos eventos por instituições representativas dos agentes turísticos que operam na área da comercialização e da promoção, e que se enquadram desta maneira nas ações de promoção do turismo interno, e como tal, foram consideradas como campanhas realizadas, além de outros eventos de grande

repercussão na mídia nacional, sendo assim considerados como unidade de campanha de promoção do turismo interno.

Fiscalização dos Serviços Turísticos

As fiscalizações dos serviços turísticos são executadas a partir de denúncias ou solicitação dos usuários e diligências elaboradas pelos coordenadores regionais, daí o numero reduzido de realizações com relação as unidades previstas inicialmente.

A atividade é desenvolvida de forma descentralizada, numa ação conjunta com as coordenações das atividades delegadas estaduais. O pequeno valor de execução financeira refere-se a contratação de serviço autônomo de assistência na manutenção do sistema de cadastro de guias de turismo.

Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo Interno

Apoio a realização de eventos de expressão, que tenham grande apelo na mídia nacional, constituindo elementos marcantes de promoção do Turismo interno. O valor orçamentário definido para a ação impôs limitação quanto ao número de eventos realizados no período, dados os seus custos unitários.

Estruturação do Segmento do Ecoturismo

A realização de seminário de sensibilização para o Ecoturismo, bem como outras ações encaminhadas tais como, reuniões com o Ministério do Meio Ambiente, levantamento de infra-estrutura turística em Parque Nacionais, representação do Ministério do Turismo na Conferência Nacional do Meio Ambiente, definição de prioridades para o segmento do Eco Turismo junto ao MMA e IBAMA terão tido, seguramente, repercussão na estruturação de pólos de ecoturismo no território nacional, não sendo, entretanto, possível estabelecer esta relação direta no que se refere a execução física destes produtos dentro da ação em pauta.

Estruturação do Segmento de Pesca Amadora

A realização de eventos relacionados com a Pesca Amadora, bem como outras ações encaminhadas pela Gerência e Segmentação terá tido, seguramente, repercussão na estruturação de pólos de pesca amadora no território nacional, não sendo, entretanto, possível estabelecer esta relação direta no que se refere a execução física destes produtos dentro da ação em pauta.

Fomento à Formação de Clubes da Melhor Idade

Foram criados 35 Clubes da Melhor Idade distribuídos em todo o território nacional no ano de 2003. A realização de diversos eventos relacionados com ao fomento a formação de Clubes Melhor Idade, tais como III Encontro do Mercosul sobre a Terceira Idade e o 8º Congresso dos Clubes da Melhor Idade, bem como outras ações encaminhadas pela Gerencia de Segmentação foram elementos indutores indiretos deste movimento no sentido da organização dos Clubes da Melhor Idade no país.

Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Turismo

O estudo prioritário realizado no ano no âmbito do Ministério do Turismo foi o Plano Nacional de Turismo, concebido como instrumento norteador da atuação do Ministério para o período do governo.

O Plano Nacional do Turismo que tem como finalidade explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do turismo foi desenvolvido por técnicos do próprio Ministério do Turismo. O documento foi elaborado de forma participativa, dentro de um processo de discussão ampla com as diversas representações do setor. A presença e a participação maciça de dirigentes estaduais de turismo, de entidades governamentais e representantes do setor privado, referenda legítima as propostas do Plano.

O Plano Nacional de Turismo foi lançado pelo Sr. Presidente da República, no dia 29 de abril, ocasião em que foi feita a sua primeira edição. Posteriormente, tendo esgotado esta edição, foi realizada uma nova tiragem, de 4.000 exemplares, para a sua distribuição no Congresso da ABAV e em outros eventos, objetivando disseminar amplamente as diretrizes de governo para o desenvolvimento do setor nele contidas.

Foram também assinados convênios com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE para a pesquisa do turismo internacional emissivo e receptivo (em execução), com a Universidade de Brasília – UNB para estudos de metodologia de impacto do turismo na economia e com a Fundação Getúlio Vargas para a elaboração de Boletins de Conjuntura Trimestrais.

Foram também empenhados a conta da ação, recursos para termo de parceria com a Rede Brasileira de Promoção de Investimentos – Invest Brasil, para a reativação do Banco de Projetos - Investimentos, na área do Turismo no Brasil.

Foi celebrado convênio, em dezembro de 2003, com a Secretaria de Estado de Minas Gerais, objetivando elaborar o Plano de Desenvolvimento Turístico dos Pólos do Vale Mineiro do São Francisco e Caminhos do Norte, visando caracterizar a região, diagnosticar o seu potencial e restrições para o desenvolvimento do Turismo, sem execução física em 2003.

Anuário Estatístico sobre o Turismo

A ação foi totalmente realizada e disponibilizada por meio eletrônico, registrando-se que a quantidade prevista de 5.000 unidades refere-se a unidades impressas que foram editadas em dezembro.

Captação, Promoção e Participação em Eventos Internacionais

Durante o ano, a Embratur trabalhou, efetivamente, 24 feiras, envolvendo 381 empresas privadas e órgãos oficiais de turismo, atingindo 4.723 agentes de viagens e operadoras de turismo. Além disto, foram realizados 3 workshops com a participação de 109 empresas privadas e 40 órgãos oficiais de turismo.

Divulgação de Projetos Turísticos para Investidores / Bolsa de Negócios

As atividades relativas a esta ação referem-se a apoio a realização de eventos que objetivam a divulgação de oportunidades de investimentos no Brasil. Foram celebrados convênios para a realização de 3 grandes eventos que trataram da promoção das oportunidades de investimentos no setor.

Formação da Imagem Turística do Brasil no Exterior

Conforme a previsão de execução física foram realizadas 2 campanhas de posicionamento da imagem turística do Brasil no exterior.

Implantação de Centro de Informação Turística

Em que pese a indisponibilidade financeira, no final do exercício de 2003 foi possível executar 50 % da meta prevista.

Manutenção de Escritórios de Fomento ao Turismo no Exterior – Visit Brasil

A instalação dos Escritórios Brasileiros de Turismo para promover o destino Brasil na Europa e Estados Unidos, no total de 9, está em fase de preparação, estando a inauguração do escritório de Lisboa já agendada para a primeira semana de janeiro de 2004.

Sinalização Turística

O contingenciamento estabelecido por meio do Dec. 4120/2003 impossibilitou a execução da ação até o mês de novembro. Do montante executado, R\$ 205.000,00 foram dispendidos com o convênio celebrado com o Instituto Estrada Real, objetivando a execução de projetos de sinalização nos 177 municípios abrangidos pelo projeto da Estrada Real.

Sistema de Informação sobre o Fluxo Turístico Emissivo e Receptivo Nacional e Internacional

A indisponibilidade financeira dificultou a realização da ação.

Vale registrar que diversas ações tiveram as suas liberações financeiras no final do exercício, conseqüentemente suas metas físicas, na totalidade ou em parte, estão previstas para consecução em 2004.

A ação de Financiamento da Infra-estrutura Turística Nacional – FUNGETUR, integrante das metas e prioridades conforme o anexo 6 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 – LDO, não logrou execução durante o exercício de 2003. Foi elaborado o novo Regulamento do FUNGETUR e Portaria Ministerial aprovando-o e depende de aprovação final da Consultoria Jurídica para assinatura e início de operações.

Foi negociado e elaborado contrato, em análise final na Consultoria Jurídica, a ser assinado com instituição financeira selecionada para disponibilização de Linhas de Crédito com recursos do FUNGETUR, destinadas ao financiamento de infra-estrutura turística, vôos charters e Promoção Comercial do Brasil no exterior.

Cabe ressaltar que o orçamento previsto para o FUNGETUR refere-se, tão somente, a previsão de reembolso de parcelas de financiamentos concedidos no âmbito do fundo, o que limitou a sua reestruturação, redefinição e operação. Além disto, o contingenciamento promovido por meio do Decreto 4120/2003 impossibilitou a execução da ação.

Outras ações integrantes das metas e prioridades definidas conforme o anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 – LDO, no âmbito do Programa Turismo: A indústria do Novo Milênio, como a Construção de Centros de Convenções e Feiras de Exposição e o Desenvolvimento da Infra-estrutura Turística foram atendidos através da ação 1630 – Promoção do Turismo Sustentável Local em Municípios, do Programa Municipalização do Turismo através de repasse de recursos a Caixa Econômica Federal para início de obras de 2004.

A ação Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios Turísticos, integrante das metas e prioridades definidas conforme o anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003 – LDO, no âmbito do Programa de Municipalização do Turismo, não logrou êxito considerando o contingenciamento promovido por meio do Decreto 4120/2003.

Quanto aos compromissos anteriormente assumidos, de um total geral de empenhos inscritos em restos a pagar (RAP) em 2003, no montante de R\$ 62.254.966,01, o MTur procedeu à execução financeira total de R\$ 50.885.915,25 e procedeu ao cancelamento total de R\$ 2.684.378,38, restando um total de RAP não-pago de R\$ 8.684.672,34. Para o exercício de 2004, restaram de compromissos registrados em RAP o montante de R\$ 52.384.740,23. Registre-se que inclui aí os compromissos transferidos à Caixa Econômica Federal por meio de Convênio.